

**Companhia de Investimentos e Parcerias
do Estado de Goiás S/A
CNPJ - 08.235.587/0001-20**

Demonstrações Financeiras
Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais 1)

Conteúdo

- 1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
- 2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO**
- 3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS**
- 4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**
- 5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- 6. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**
- 7. PARECER DO CONSELHO FISCAL**

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – ANO DE 2019

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos aos Acionistas da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias) o Relatório da Administração com os principais resultados e ações alcançados no Exercício de 2019, demonstrando a postura e desempenho da Administração na gestão da Companhia e na alocação de recursos a ela confiados.

1. Desempenho e ações:

O desempenho geral do ano de 2019 da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias) não ficou dentro do esperado, pois nos primeiros três trimestres não foram desenvolvidas estratégias para a atividade fim, ou seja, para o desenvolvimento dos

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A

CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

Projetos de Parcerias Público-Privadas visando melhorar os serviços oferecidos pelo Estado e minimizar o impacto orçamentário para os gastos públicos. Como consequência a Administração da Goiás Parcerias não gerou fontes de receitas que custeasse as despesas no Exercício do ano de 2019.

Ainda visando o início da execução da estratégia Goiás Parcerias no ano de 2019, o Estado definiu, no mês de outubro/2019, a mudança do quadro de colaboradores, nomeando uma nova presidência e também selecionando a nova Diretoria e novos profissionais com qualificação para o desempenho das demandas da Companhia.

É imperioso destacar que na gestão anterior ocorreu uma fraude na licitação para contratação de um prestador de serviço, que foi detectada pelos órgãos de controle do Estado e tomada as devidas providências. Após a posse da nova Diretoria medidas administrativas e judiciais foram deliberadas para estancar o prejuízo. Além disso, após passar um pente fino na Companhia foi encontrado, também, um imbróglio referente à restituição de valores recebidos indevidamente por 2 (dois) ex-funcionários, que já está sendo tratado pela administração.

A presidência e Diretoria Financeira, após análise do cenário financeiro da Goiás Parcerias, no mês de outubro/2019, deu entrada em um processo junto ao Estado, solicitando a criação de um Projeto de lei de Subvenção Econômica para custear as despesas da Companhia no ano de 2020. Essa ação foi necessária para que a nova Diretoria Colegiada, conseguisse em tempo hábil estruturar um Plano Estratégico de médio prazo para definições de Fontes de Receitas para a Goiás Parcerias, objetivando custear as despesas mensais. No último Trimestre de 2019, a Diretoria Financeira, também traçou um plano de contingenciamento de gastos e conseguiu uma redução de mais de 20% em suas despesas comparando-as com a média dos três primeiros trimestres do mesmo ano.

A Goiás Parcerias foi mantida financeiramente, no Exercício de 2019, por entradas de recursos referente a distribuição de dividendos efetivada pela empresa de SANEAMENTO DE GOIÁS S.A., aplicações financeiras e por recursos de Integralização de Capital por parte do Estado.

A presidência da Goiás Parcerias, definiu com o Estado, no mês de outubro de 2019, 5 projetos de Desestatizações de Ativos do Estado de Goiás a serem desenvolvidos:

- ☒ METROBUS Transporte Coletivo S/A;
- ☒ IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás;
- ☒ CCON – Centro Cultural Oscar Niemeyer;
- ☒ Pátio de Veículos Apreendidos;
- ☒ Terminais Rodoviários.

Os 5 projetos, em questão, foram aprovados em reunião, com o Conselho Estadual de Investimentos, Parcerias e Concessões (CIPAC) e foram registrados no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 do Estado. Após a aprovação com o CIPAC e registro no PPA, a presidência da Goiás Parcerias, convocou a Diretoria Colegiada, para definição da estratégia de Trabalho em cada projeto. A Diretoria Técnica da Goiás Parcerias ficou responsável por definir as etapas de Trabalho, bem como, estruturar o Cronograma de Atividades para a estruturação das PPP's. Dentre os trabalhos iniciais foram efetivados levantamentos financeiros dos últimos 5 anos das empresas METROBUS, IQUEGO e CCON; levantamentos técnicos preliminares da operação dos 5 projetos; análises preliminares de alguns projetos semelhantes em outros estados brasileiros; e

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

levantamentos jurídicos específicos para que fosse dado o início da elaboração dos Estudos Preliminares pela Equipe Técnica da Goiás Parcerias.

Nos meses de outubro/2019, novembro/2019 e dezembro/2019, a presidência, Diretoria Técnica e Diretoria Financeira, promoveram reuniões estratégicas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), objetivando a captação de recursos financeiros para desonerar o Estado de Goiás no custo do Desenvolvimento dos Projetos de Desestatizações. Após análise das informações levantadas nas reuniões estratégicas com os bancos, ficou definido que fosse assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Palácio Pedro Ludovico Teixeira - RUA 82, Nº 400 -

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

Estado e o BNDES para desenvolver os 5 projetos de Desestatizações de Ativos do Estado de Goiás, pois a estrutura e o formato de captação dos recursos para custear o desenvolvimento dos trabalhos ficou mais aderente as necessidades.

No mês de novembro/2019 a Goiás Parcerias por meio da presidência, assessoria estratégica da presidência e da Diretoria Técnica iniciaram ações de consultoria técnica e jurídica aos Municípios Goianos. Essas ações visam orientar os Municípios Goianos ao atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos. Por meio de reuniões presenciais, reuniões por videoconferências, elaboração de cartilha orientativa e visitas técnicas, a Goiás Parcerias busca, junto aos Prefeitos Goianos e seus representantes, determinar que os resíduos e os rejeitos tenham destinação final ambientalmente adequada, atendendo assim as diretrizes da Lei Federal 12.305/2010.

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

Estado e o BNDES para desenvolver os 5 projetos de Desestatizações de Ativos do Estado de Goiás, pois a estrutura e o formato de captação dos recursos para custear o desenvolvimento dos trabalhos ficou mais aderente as necessidades.

No mês de novembro/2019 a Goiás Parcerias por meio da presidência, assessoria estratégica da presidência e da Diretoria Técnica iniciaram ações de consultoria técnica e jurídica aos Municípios Goianos. Essas ações visam orientar os Municípios Goianos ao atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos. Por meio de reuniões presenciais, reuniões por videoconferências, elaboração de cartilha orientativa e visitas técnicas, a Goiás Parcerias busca, junto aos Prefeitos Goianos e seus representantes, determinar que os resíduos e os rejeitos tenham destinação final ambientalmente adequada, atendendo assim as diretrizes da Lei Federal 12.305/2010.

Para o trabalho de Demonstração Contábeis do Exercício de 2019, a Goiás Parcerias contratou, via processo licitatório, a empresa Audimec Auditores Independentes. A Audimec atua nas áreas de Auditoria, Consultoria, Planejamento Fisco-Tributário, Avaliação de Ativos e Empresas, Treinamento e Desenvolvimento Profissional a mais de 40 anos. Seguindo os padrões profissionais e éticos requeridos pelos principais organismos internacionais de Auditoria e Consultoria, a empresa possui uma estrutura eficiente para atender os mais diversos segmentos de negócios para clientes de todos os portes e de natureza pública ou privada.

Em nosso entender, as ações tomadas, no último trimestre do ano de 2019 pela nova Diretoria Colegiada da Goiás Parcerias, não foram momentâneos e fazem parte de nosso atual modelo de negócios. E por fim, os trabalhos desempenhados, foram coerentes com a Missão, Valores e atividade fim da Goiás Parcerias; e com o Plano Estratégico e PPA 2020-2023 do Estado.

Goiânia, 06 de Julho de 2.020

DIRETORIA EXECUTIVA:

ENIO CAIADO ROCHA LIMA – Diretor Presidente

HEITOR DIAS CAMARGO – Diretor Vice Presidente

DIEGO DE OLIVEIRA SOARES – Diretor Financeiro e de Relações c/Investidores

NELSON RODRIGUES V ILELA – Diretor Técnico

MAXUELO BRAZ DE PAULA – Diretor Administrativo e de Regulação

EDSON CORREIA DA SILVA – Chefe de Gabinete

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ADRYANNA LEONOR MELO OLIVEIRA CAIADO – Conselheira – Presidente

GISELE BARRETO LOURENÇO – Conselheira – Vice Presidente

ENIO CAIADO ROCHA LIMA - Conselheiro

FERNANDO DE CASTRO FAGUNDES – Conselheiro

PAULO VITOR AVELAR – Conselheiro

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA – Contador – TCCRCMG 25.222 S/GO

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

2 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

DESCRIÇÕES	EXERCÍCIO	
	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO	-	-
CIRCULANTE		
DISPONÍVEL	1.984.937,43	2.477.644,78
Caixa e Bancos	10,00	10,00
Aplicações Financeiras	1.984.927,43	2.477.634,78
REALIZÁVEL DE CURTO PRAZO	99.145,86	14.388,33
Contas a Receber	99.145,86	14.388,33
Impostos a Recuperar	0,00	0,00
TOTAL DO CIRCULANTE	2.084.083,29	2.492.033,11
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	771.482,17	743.807,69
Governo do Estado de Goiás	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
(-)Ajuste a Valor Presente	0,00	0,00
Impostos Federais Diferidos	0,00	0,00
Valores Bloqueados Judicialmente	230.594,89	220.319,57
Impostos a Recuperar	540.887,28	523.488,12
INVESTIMENTOS	229.068.171,56	229.068.171,56
Investimentos	229.068.171,56	229.068.171,56
IMOBILIZADO	22.915,11	3.810,08
Imobilizado	22.915,11	3.810,08
INTANGÍVEL	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	229.862.568,84	229.815.789,33
TOTAL DO ATIVO	231.946.652,13	232.307.822,44

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

PASSIVO

DESCRIÇÕES	EXERCÍCIO	
	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO	-	-
CIRCULANTE		
Obrigações Sociais	292.811,94	190.170,00
Impostos e Contribuições a Recolher	67.161,78	97.432,11
Outras Contas a Pagar	14.300,00	18.193,56
TOTAL DO CIRCULANTE	374.273,72	305.795,67
NÃO CIRCULANTE		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		
PATRIMONIO LIQUIDO		
Capital Social	394.333.079,03	394.333.079,03
(-) Capital a integralizar	-40.735.547,38	-41.741.244,15
(-) Prejuízo Acumulado	-122.025.153,24	-120.589.808,11
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	231.572.378,41	232.002.026,77
TOTAL DO PASSIVO	231.946.652,13	232.307.822,44

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NOTAS	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		0,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		0,00	0,00
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		-1.435.345,13	-2.789.741,18
Despesas administrativas		-3.885.933,71	-2.899.351,57
Depreciação e Amortização		-4.259,97	-1.269,96
Despesas Financeiras		-1.428,31	-1.415,77
Receitas Financeiras		68.363,08	112.296,12
Outras Despesas/Receitas Operacionais		2.387.913,78	0,00
RESULTADO OPERACIONAL		-1.435.345,13	-2.789.741,18
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		-1.435.345,13	-2.789.741,18
Imposto de Renda e CSLL		0,00	0,00
LUCRO(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		-1.435.345,13	-2.789.741,18
NUMERO DE AÇÕES		394.033.079	394.033.079
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO		-0,0036	-0,0071

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais 1)

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

DESCRIÇÃO	Capital Social	Capital a	Lucros/Prejuízos	TOTAIS
	Realizado	Integralizar	Acumulados	Saldos Pat Liquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	352.591.834,88	41.741.244,15	-117.800.066,93	234.791.767,95
Subscrição de Capital				
Integralização do Capital	0,00	0,00		0,00
Redução do Capital Social				
Resultado do Exercício		-	-2.789.741,18	-2.789.741,18
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	352.591.834,88	41.741.244,15	-120.589.808,11	232.002.026,77
Subscrição de Capital				0,00
Integralização do Capital	1.005.696,77	-1.005.696,77		1.005.696,77
Redução do Capital Social				
Resultado do Exercício			-1.435.345,13	-1.435.345,13
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	353.597.531,65	40.735.547,38	-122.025.153,24	231.572.378,41

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

5 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO D CAIXA

DESCRIÇÃO	31/12/19	31/12/18
Atividades Operacionais	-1.431.085,16	-2.788.471,22
Resultado do Exercício	-1.435.345,13	-2.789.741,18
Depreciações	4.259,97	1.269,96
Aumento (diminuição) de Ativos	-112.432,01	3.804.308,20
Contas a Receber	-112.432,01	3.804.308,20
Aumento (diminuição) de Passivos	68.478,05	74.988,59
Obrigações Sociais	102.641,94	55.890,00
Impostos e Contribuições a Recolher	-30.270,33	18.726,41
Fornecedores	-3.893,56	372,18
Outros Passivos	0,00	0,00
Atividades de Investimentos	-23.365,00	0,00
Ativo Permanente	-23.365,00	0,00
Atividades de Financiamentos	1.005.696,77	0,00
Capital Social (integralização)	1.005.696,77	0,00
Capital Social (redução)	0,00	0,00
Equivalencia Patrimonial	0,00	0,00
Aumento(Redução) nas Disponibilidades	-492.707,35	1.090.825,57
Saldo Final das Disponibilidades	1.984.937,43	2.477.644,78
Saldo Inicial das Disponibilidades	2.477.644,78	1.386.819,21
VARIAÇÃO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	-492.707,35	1.090.825,57

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A

CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

5 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional

A **Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A**, sociedade de economia mista, de direito privado, CNPJ08.235.587/0001-20, situada à praça Ludovico Teixeira, Rua 82, nº 400, 2º andar Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Setor Sul – Goiânia – GO – CEP 74.015-908, tem como objetivo precípuo de colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP's, instituído pela Lei Estadual nº 14.910 de 11/08/2004 e estruturar outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social de Goiás, conforme artigo 3º de seu Estatuto Social.

A Companhia constitui-se numa empresa para o desenvolvimento econômico e social, destinado a fomentar, coordenar, regular e fiscalizar atividades de agentes do setor privado que, na condição de colaborador, atuam na implementação das Políticas Públicas, voltado para o desenvolvimento do Estado e ao bem coletivo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 e alterações posteriores, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão dessas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia **em 06 de Julho de 2020**.

Moeda de apresentação funcional - as demonstrações contábeis foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

3. Sumário das principais práticas contábeis

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras são resumidos a seguir:

- a. Uso de Estimativas - A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como esse julgamento envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. São empregadas estimativas para os seguintes registros contábeis relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação/amortização de ativos tangíveis e intangíveis, provisão para perdas de investimentos, e provisão para contingências.
- b. Caixa e Equivalentes de caixa- Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.
- c. Investimentos- Os Investimentos em participações societárias em controladas e coligadas, em que haja caracterização de influência significativa da Companhia são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao valor de custo.

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.

- d. Imobilizado –O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente. Caso seja identificadas indicadores de perda de valor, imediatamente é constituída provisão para perdas.

- e. Propriedades para investimentos - As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

- f. Ativo Diferido- refere-se a gastos pré-operacionais, incorridos até 2008. A companhia optou, conforme faculta a legislação vigente no artigo 299-A da Lei 11.941/09, em manter esse saldo no Grupo Diferido, até sua amortização. A amortização é calculada à razão de 10% a.a.
- g. Intangível- Composto de bens e direitos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível.

O grupo de intangível está representado basicamente por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Companhia).

- h. Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais- são reconhecidas as obrigações trabalhistas e sociais, obrigações fiscais dentro do próprio exercício.
- i. Regime de apuração do resultado- O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.
- j. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
- k) Lucro/Prejuízo por ação - O lucro/prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos balanços.
- l) Dividendos -O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.
- m) Os resultados abrangentes-contemplam receitas e despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido, mas que não são reconhecidos no resultado do exercício, conforme determinam os pronunciamentos, interpretações e orientações que regulam a atividade contábil.

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

- n) Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.
- o) Redução ao valor recuperável de ativos -A Companhia não efetuou o teste de recuperabilidade de ativos, conforme estabelece as normas contábeis NBC TG 01, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Res. 1.292/10.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a. Bancos contas movimento

Apresenta conta de livre movimentação mantida pela entidade junto ao Banco Itaú e Caixa Econômica Federal, onde os saldos são computados pelo movimento incorrido não ultrapassando o valor de mercado.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais (Caixa Econômica Federal e Banco Itaú).

	2019	2018
Caixa	0,00	0,00
Bancos c/Movimento	10	10
Aplicações Financeiras	1.984.927	2.477.635
TOTAIS	1.984.937	2.477.645

5. Contas a receber

A composição de créditos a receber é a seguinte:

	2019	2018
Governo do Estado de Goiás – CDSA (a)	0,00	0,00
Valores Bloqueados Judicialmente	230.595	220.320
Contas a Receber	230.595	220.320

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

6. Impostos a recuperar

	2019	2018
IRRF s/ Aplicação Financiera (a)	540.887	523.488
Total	540.887	523.488

(a) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre rendimentos de aplicação financeira que é compensável com o imposto devido pela empresa com base no lucro real. A estimativa de compensação desses créditos é de longo prazo.

7 Investimentos

Os investimentos da Companhia estão divididos em:

	2019
Participações em Controladas e Coligadas (9.1)	223.068.171,
Propriedades para Investimento (9.2)	6.000.000
Total dos Investimentos	229.068.171

(7.1). Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás. Além disso os investimentos atuais não são passíveis de serem reconhecidos por “Equivalência Patrimonial” conforme a legislação em vigor.

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

Resumo dos Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas

Empresa	2019	2018	Método de Avaliação
Saneago (a)	215.575.788	215.575.788	Custo de Aquisição
Ceasa	59.068	59.068	Custo de Aquisição
Codego	7.433.315	7.433.315	Custo de Aquisição
Total	223.068.171	223.068.171	

7.2.) Propriedades para Investimento

	2019	2018
Terrenos	6.000.000	6.000.000
Propriedades para Investimento	6.000.000	6.000.000

A propriedade para investimento é composta basicamente por um terreno que foi incorporado da empresa *Teleporto de Goiás S/A*, conforme descrito abaixo:

- 01 imóvel incorporado da empresa *Teleporto de Goiás S/A*, pelo valor de R\$ 6.000.000, conforme Ata Geral de Constituição, cuja descrição é a seguinte:

“01 imóvel localizado no bairro Serrinha, em Goiânia-GO, lavrado no cartório Souza, livro 00606 folha 033/035, protocolo 30102, escrevente 005, escritura pública lavrada no cartório 4º ofício de notas de Goiânia, livro 704 fls. 89/91 V, registrado no cartório de Imóveis na Primeira Zona de Goiânia, livro 2 folha 01 RI 33345, delimitada pela Avenida Serrinha e Ruas 1.106, 1.111 e 1.112, perfazendo uma área total de 34.740.021 m²”.

Referido imóvel até o final de 2019 não havia sido transferido em cartório para a Goiaparcerias.

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

8. Imobilizado/Intangível

Descrição	2019	2018
Equipamentos de Informática	43.946	20.581
Softwares	1.974	1.974
(-) Depreciação/Amort. Acumulada	(23.005)	(18.745)
TOTAIS	22.915	3.810

9. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Honorário Diretoria	105.933	109.000
Honorário Conselho Fiscal	10.800	10.800
Honorário Conselho Administração	14.400	25.200
Outros Serviços	175.979	63.364
INSS	32.135	48.207
IRRF	35.027	49.089
Total	374.274	305.660

10. Impostos e contribuições a recolher

A composição dos impostos e contribuições a recolher é a seguinte:

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

Pis/Cofins s/ Serviços PJ	-	78
ISSQN	-	58
IR a recolher	-	-
CSLL a recolher	-	-
Total	-	136

11. Patrimônio líquido

a. Capital Social

• **Capital Subscrito**

Em 08/01/2013, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas – AGE, em que foi aprovada aumento do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$ 116.881.753 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais) para R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais).

Em função da Lei Estadual 19.123 de 15 de dezembro de 2015 art. 1º incisos I e II e Assembleia Geral de Acionistas – AGE, realizada em 29 de dezembro de 2015 foi autorizada a redução de capital social subscrito e integralizado da Companhia pelo Estado de Goiás no montante de R\$69.814.537. Desta forma o Capital Subscrito da Companhia que era de R\$500.000.000 passou a ser de R\$430.185.463 em 31/12/2014. Em 2016 com a redução ocorrida com o acerto constante da AGE de 11/08/2016 no valor de R\$. 35.852.383,47 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos) o capital social passou a ser R\$. 394.333.079,03 (Trezentos e Noventa e Quatro Milhões, Trezentos e Trinta e Três Mil, Setenta e Nove Reais e Três Centavos), valor este que permanece.

• **Capital Integralizado**

Em 31/12/2019o capital integralizado da Companhia é de R\$.353.597.531,65 restando R\$ 40.735.547,38 (Quarenta Milhões, Setecentos e Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Quarenta e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos) a integralizar, conforme poderá ser visto na demonstração das mutações patrimoniais

b. Reserva Legal

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 2017 não foi destinado saldo para reserva legal em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

c. Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

No exercício de 2015 não foram destinados dividendos aos acionistas em função do prejuízo contábil apurado.

12. Despesas Administrativas

A composição das Despesas Administrativas é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Pessoal	2.287.205	2.058.368
Serviços de Terceiros	1.406.828	
Despesas com Editais e Publicações	29.476	23.145
Outras Despesas	168.113	370.473
Total	3.891.622	2.451.986

13. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é apurado através de receitas financeiras são compostas de rendimentos de aplicações financeiras/depósitos judiciais e de despesas bancárias em bancos oficiais.

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

14. Remuneração dos diretores e empregados

- a) Os membros da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm suas remunerações fixadas pela Assembleia Geral Ordinária dentro dos limites do Estatuto Social e consequente legislação pertinente.
- b) A Sociedade não dispõe de quadro próprio de pessoal, e para a consecução de seus objetivos, conta com a seção de servidores de outros setores da Administração Estadual, para tal designados, e também, com a contratação de serviços técnicos especializados de terceiros, de acordo com a legislação pertinente.

15. Gerenciamento de riscos

A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real:

i. Risco de crédito

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos a Companhia tem como política trabalhar com instituições tradicionais.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos e realização de seus créditos. Esse risco vem sendo monitorado pelos administradores e o acionista controlador vem efetuando repasses de recursos para garantia do cumprimento de obrigações da Companhia.

16. Outras informações

a) Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

b) Eventos subsequentes

Não houveram eventos, desde a data de 31/12/2019 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

Goiânia, 06 de Julho de 2.020

DIRETORIA EXECUTIVA:

ENIO CAIADO ROCHA LIMA - Diretor Presidente
HEITOR DIAS CAMARGO - Diretor Vice Presidente
DIEGO DE OLIVEIRA SOARES - Diretor Financeiro e de Relações c/Investidores
NELSON RODRIGUES V ILELA - Diretor Técnico
MAXUELO BRAZ DE PAULA - Diretor Administrativo e de Regulação
EDSON CORREIA DA SILVA - Chefe de Gabinete

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ADRYANNA LEONOR MELO OLIVEIRA CAIADO - Conselheira - Presidente
GISELE BARRETO LOURENÇO - Conselheira - Vice Presidente
ENIO CAIADO ROCHA LIMA - Conselheiro
FERNANDO DE CASTRO FAGUNDES - Conselheiro
PAULO VITOR AVELAR - Conselheiro

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA - Contador - TCCRCMG 25.222 S/GO

6 - RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais 1)



COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31/12/2019



Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019

Aos

Acionistas, Conselheiros, e demais Administradores da

COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Avenida Nazareno Roriz, 1.122, Vila Aurora - Goiânia-Go.

CNPJ: 00.418.160/0001-55

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS “GOIÁS PARCERIAS”** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelas informações trazidas no parágrafo “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GOIÁS PARCERIAS** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1) Propriedades para Investimento - Teste de Recuperabilidade dos Ativos

Conforme Nota Explicativa, a Companhia possui 01 imóvel incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A., pelo valor de R\$ 6.000.000, conforme Ata Geral de Constituição. A Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos não Financeiros, conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **GOIÁS PARCERIAS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

3) Ênfase

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que a Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás. Além disso os investimentos atuais não são passíveis de serem reconhecidos por “Equivalência Patrimonial” conforme a legislação em vigor. Neste sentido, enfatizamos que, conforme NBC TG 18 (R3), a entidade pode adotar a mensuração ao valor justo por meio do resultado para esses investimentos, em consonância com a NBC TG 46.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança da **GOIÁS PARCERIAS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **GOIÁS PARCERIAS**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6) Outros Assuntos

6.1) Relatório da Administração

A administração da **GOIÁS PARCERIAS** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 12 de abril de 2019.

Goiânia/GO, 10 de julho de 2020



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ n° 029– CVM n° 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" GO
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" GO
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" GO
CNAI 4850

Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A
CNPJ 08.235.587/0001-20

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais 1)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás – **GOIÁS PARCERIAS**, cumprindo o que determina o Estatuto Social e a Legislação vigente, examinou as demonstrações financeiras e contábeis do **exercício de 2019** da Companhia, dentre eles:

- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações de Resultados;
- Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações do Fluxo de Caixa;
- Relatório da Administração;
- Relatórios de Auditoria Externa, emitido pela Audimec Auditores Independentes S/S;
- Parecer do Conselho de Administração;
- Demais demonstrativos e notas relativas ao período.

Assim sendo, após detida análise dos documentos, os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – **GOIÁS PARCERIAS**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias aprovam as demonstrações da Companhia referentes ao **exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019**, as quais representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Estatal, opinando favoravelmente na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, convocada para esta finalidade.

Goiânia/GO, 30 de julho de 2020.



ADRIANO ROCHA LIMA
CONSELHEIRO

BRUNO MAGALHAES

DABADIA:01013472195

Assinado de forma digital por BRUNO

MAGALHAES DABADIA:01013472195

Dados: 2020.07.30 20:42:17 -03'00'

BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA
CONSELHEIRO



PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES
CONSELHEIRO